

---

# A COMPLEXIDADE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO

*Ideni Terezinha Antonello\**

*“Mas não acreditamos mais que a verdade permaneça verdadeira, quando se lhe arranca o véu; já vivemos bastante para crer nisto”.*  
*Nietzsche*

## **I- Introdução**

A heterogeneidade dos movimentos sociais rurais encontra sua composição nas condições históricas presente no processo de expansão das relações sociais de produção capitalista no agro brasileiro. O presente é entendido como a temporalidade pretérita e presente das diversas conjunturas vivenciadas no processo de produção e reprodução do espaço rural via a penetração da lógica capitalista na produção agropecuária.

A temporalidade das conjunturas fornecerá a substância da forma que assumirá os movimentos, no presente, produto da dialética de relações que fomenta a contraposição de forças no movimento contínuo da sociedade no conjunto.

Nessa perspectiva, para entender-se a complexibilidade dos movimentos sociais rurais é necessário se reter nas diversas temporalidades/espacialidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista na totalidade do espaço nacional. Assim, o foco da análise volta-se para o movimento entendido a partir da relação dialética entre atores sociais diferenciados, tendo como agente regulador o Estado.

Ao mesmo tempo, o conflito a luta geram a especificidade do movimento. Por conseguinte, a construção da especificidade do movimento vincula-se ao

\* Doutora em Geografia pela UFS/UNESP e Professora Visitante do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

processo de produção e reprodução de relações sociais de produção no agro brasileiro com o avanço do capitalismo na produção agropecuária. Neste sentido, os movimentos são forjados a partir das condições materiais (econômicas/políticas/culturais) de existência dos sujeitos sociais.

A espacialidade diferenciada do capital no espaço rural produz a diversidade e fragmentação dos movimentos sociais no campo, contudo, todos são frutos do processo de expansão do modo de produção capitalista, permeado pelas peculiaridades de cada porção do território nacional.

Cabe salientar que dentre as temporalidades se deterá no período pós-ditadura militar, ou seja, no processo de abertura política, denominada a Nova República no qual o aguçamento das lutas no campo, personificam as vicissitudes do projeto de Reforma Agrária brasileira. Esse demissionário de atribuições de caráter transformador da estrutura fundiária nacional, e, das relações sociais de trabalho a ela concernente.

## II – TEMPORALIDADES/ESPACIALIDADES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

A penetração intensiva do capital no agro brasileiro deu-se a partir de um processo desigual de modernização, dando um impulso ao desenvolvimento produtivo. E ao mesmo tempo que este avança, mais pujante se torna as contradições inerentes à lógica do capital, evidentes na formação/produção de espacialidades diferenciadas do capital no território. A confrontação entre as relações sociais de produção não especificamente capitalista e as tipicamente capitalista personifica a luta do camponês (agregado, parceiro, meeiro, posseiro e rendeiro<sup>1</sup>) para manter-se com produtor rural no movimento de esfacelamento dessas relações, e a ascensão do trabalhador rural, desprovido do meio de produção – a terra. E, bloqueando-se o seu acesso a ele, transmuta o camponês em vendedor de sua força de trabalho, em troca de um salário.

Entretanto, a ascensão da categoria do “operário agrícola” não é sinônimo

---

<sup>1</sup> Optou-se por utilizar a terminologia “rendeiro” e não arrendatário, pois a primeira condiz ou se aproxima mais do concreto do pequeno produtor familiar, isto é “... são os rendeiros, trabalhadores que arrendam terras para trabalhar com a família, enquanto que os arrendatários capitalistas, empregam o trabalho assalariado na produção agrícola da terra arrendada” (OLIVEIRA, 1986, p.83).

da anulação das relações sociais não especificamente capitalista. As mesmas são reproduzidas na trilha do desenvolvimento geograficamente desigual do capital (DGD), pois “... a espacialidade capitalista é sempre geograficamente desigual no sentido de que os elementos particulares que a compõem nunca são, pelo menos ao combinar-se distribuídos uniformemente sobre o espaço geográfico” (SOJA, 1988, p.55).

O desenvolvimento geograficamente desigual do capital no agro fomenta a diversidade das lutas travadas no campo, materializadas na seguinte estatística, em 1984, ocorreu:

“... mais ou menos 117 conflitos trabalhistas, envolvendo mais de 655 mil trabalhadores, e 483 conflitos por terra, envolvendo mais de 332 mil entre camponeses e seus familiares. No mesmo ano, mais de 300 mil pessoas estavam envolvidas em conflitos por causa das barragens. Num ato público – ‘O grito do campo’ – em outubro de 1984, em Porto Alegre, contra a política agrícola, estiveram mais de 80 mil agricultores gaúchos, em sua maioria pequenos proprietários rurais” (GRZYBOWSKI, 1991, p.16).

E, até o final de 1985, estavam organizado 42 acampamentos com mais de 11.500 famílias de sem terras disseminados no País. Percebe-se na denominação dos movimentos sociais a fragmentação do referencial da luta nas categorias que personificam os atores sociais envolvidos no confronto entre a realidade de suas condições materiais de existência, e os obstáculos levantados na trajetória de vida de cada categoria (sem terra, pouca terra, posseiros, renteiro, assalariado, etc).

Essas emergem no movimento do capital no agro brasileiro, e são redefinidas em função da espacialização diferenciada do capital. Assim, enquanto no Nordeste mobilizam-se os trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar (que têm suas origem nos Ligas Camponesas (1959) com Francisco Julião ) com a realização em 1979, de uma greve de uma semana com a participação de 20 mil trabalhadores em Pernambuco. No ano de 1980, nos estados do sul mais de 700 mil pequenos produtores enfrentam a Política Agrícola do Governo com manifestações e obstrução das rodovias com seus equipamentos agrícolas.

Dessa maneira cabe fazer uma análise das diferentes categorias sociais, presente no espaço rural, na busca de melhorar suas reais condições de sobrevivência, seja do camponês que almeja aumentar as possibilidades de produção, seja do assalariado que deseja auferir um rendimento condizente, seja

do posseiro frente os grileiros.

A heterogeneidade dos atores reflete a fragmentação do movimento social rural, a qual retrata a temporalidade, presente, de cada categoria, pois são coetâneas, entretanto, vivenciando temporalidades diferenciadas, fruto das peculiaridades que revestem o seu desafio no movimento para manter-se na terra ou/e pela terra. Portanto, observa-se a presença de duas linhas de desafio – o desafio contra expropriação e o desafio contra exploração.

A tenuidade entre ambas dilui-se no conjunto dos movimentos sociais, pois foram erguidas a partir do mesmo alicerce, este estruturado na lógica capitalista. Todavia, a especificidade das categorias envolvidas enfraquece a tenuidade, e, projeta a força que emana do “corpo social”, esta alimentada na perspectiva de mudança frente o vivido e o vivenciado.

Essa especificidade é pautada em uma visão de mundo particularizada, que molda a identidade e o referencial do grupo/categoria. Por conseguinte, fortalece a fragmentação da luta, cada desafio torna-se uma luta circunscrita e diferenciada.

Tal fato, se materializa no desafio dos posseiros, no desafio dos sem terra, no desafio dos expulsos pelas barragens e no desafio dos camponeses e dos camponeses integrados.

O desafio dos posseiros encontra sua gênese no processo de ocupação do território nacional. Esta categoria é formada basicamente por pequenos produtores que têm na célula familiar o sustentáculo produtivo, calcado na concepção do trabalho concreto, isto é,

*“O trabalho, fonte da satisfação humana, ganha vida no processo, e este, quando desencadeado a partir da necessidades corporais básicas, configura-se na relação simples de apropriação do natural pelo homem. É o trabalho direcionado a um fim, a produção de valores de uso” (ANTONELLO, 1999, p.14).*

A concepção da terra com meio e o trabalho como forma libera a energia dos posseiros no seu constante deslocamento no território. Este movimento brota conforme a espacialidade do capital, a qual promoverá a temporalidade do desafio. Portanto, se observa no movimento desta categoria duas temporalidade/ espacialidade.

A temporalidade passada é materializada nas área de ocupação

antiga e vincula-se ao avanço da área da grande propriedade, assim, a espacialidade do capital dar-se de forma indireta com a transformação da “terra livre” em propriedade privada – uma mercadoria.

Nesse contexto, o camponês/posseiro segue a trilha imposta pelo interesse alheio sobre as terras ocupadas com produtos alimentícios. A efemeridade de ser camponês para o posseiro traduz-se no constante deslocamento em direção à áreas desprovida de interesse imediato. As quais, na temporalidade presente do posseiro constitui-se nas áreas de ocupação recente, particularmente a Amazônia, e a espacialidade do capital dar-se com a valorização da terra, fomentada por grandes empresas agropecuárias, financeiras e de reflorestamento na busca de usufruir dos incentivos fiscais (SUDAM).

O principal mecanismo de expropriação utilizado pelos interessados na terra trabalhada pelo camponês/posseiro fundamenta-se na própria lógica produtiva dos mesmos, isto é, a destruição das plantações e mesmo das residências, quebrando dessa forma o equilíbrio produção/consumo. O confronto pode ocorrer de forma direta com a atuação do grileiro (carapuça que se reveste o verdadeiro interessado), ou de forma indireta via a técnica de soltar o gado nas plantações, próximo à colheita, desestruturando a economia de subsistência. Tal alvo é estratégico para a objetivação da intenção predeterminada – a ruína do camponês e sua posterior expulsão.

Outro mecanismo é o judicial, no qual o pretendente à terra apresenta uma escritura que seria de sua propriedade a terra almejada, sob a alegação da inexistência do título legal de posse. É interessante frisar que em muitos casos a ação policial para reintegração de posse é mais violenta que a dos grileiros. A prática de assassinato do chefe da família faz parte das estratégias adotadas, como forma de descontinuidade do movimento, constituindo-se em um mecanismo de poder maquiavélico – a morte de alguns como aviso para os demais.

Percebe-se que o desafio dos posseiros contra expropriação surge e ressurge conforme a espacialização do capital no agro. Entretanto, ao se encontrar isolados espacialmente, com conflitos pontuais tornam-se fragilizados. A fragilização do camponês/posseiro materializa-se na lógica um camponês/posseiro e sua família outro camponês/posseiro e sua família, e, assim distribuídos no território. Portanto, o desafio do posseiro é permanente, contudo, sua condição de camponês é passadoura.

O desafio dos sem terra encontra sua origem na espacialização do capital no agro sulista no processo desigual de modernização da produção

agropecuária. O mesmo, proporcionou mudanças nas relações sociais de produção, eliminando formas não especificamente capitalista, que se constituía em um acesso temporário à terra<sup>2</sup> por parte do campesinato, contudo, advinculado à grande propriedade. Entrementes, o camponês poderia sobreviver com base no trabalho familiar agrícola, pautado na visão de mundo que a “liberdade” estava na terra, contrapondo com o sentimento de ter simplesmente a força de trabalho para colocar no mercado.

Soma-se aos camponeses com o acesso efêmero à terra os filhos de pequenos produtores, seja dos desintegrados seja dos integrados no processo modernizador, em função da pressão demográfica sobre a unidade produtiva camponesa. São atores sociais imbuídas de uma visão de mundo camponesa, isto é, a terra como meio e o trabalho familiar com forma de manter sua “liberdade” frente a perspectiva de se tornarem “lumpens”. A trajetória de vida destes atores em busca de novas terras para seus filhos é colocada por Navarro da seguinte maneira: *“Formou-se, assim, uma geração que, nos anos de modernização, manteve a expectativa de conseguir novas terras para seus filhos, mas, ao contrário, enfrentou a inexistência de outras regiões ‘livres’ e a elevação dos preços das terras”* (1999,p.27). A temporalidade passada reflete-se na temporalidade presente dos que enfrentam o desafio da luta pela terra.

Contudo, o que os diferencia do desafio dos posseiros é que o movimento dos Sem Terra nasce como movimento social organizado, denominado o “Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra” (MST). O mesmo torna-se a principal frente de luta pela terra, cujo o resultado se faz sentir na formação de assentamentos rurais.

Cabe salientar, as mudanças na postura política/ideológica do MST que surge segundo Navarro como um “movimento social” e passa no segundo momento a ser estruturado como um “movimento de quadros”. O autor ressalta que não é uma questão *“... apenas a cerca do conceito de ‘movimento social’, mas também da diferenças entre um coletivo social que se organiza como movimento e um outro que se estrutura como uma organização inspirada nos manuais leninistas”* (1999, p.29).

Desde o 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado em Curitiba (1985), à temporalidade presente do movimento, incorporam-

---

<sup>2</sup> No ano de 1970, em torno de 20% do total de estabelecimentos do estado do Rio Grande do Sul, com área até 50 há. Tinha a condição legal de suas terras variável (arrendadas, ocupadas, em parceria). (NAVARRO,1999)

se ao grupo uma heterogeneidade de trabalhadores rurais, dentre os quais nem todos possuem uma mentalidade permeada no telurismo camponês, ou seja, aspiram se tornar produtor rural. A diversidade dos atores no interior da identidade de “sem terra” denuncia a fragilidade da luta em nome de uma “sociedade camponesa”.

A fragilidade acentua-se no momento em que a base da luta encontra-se na existência de propriedades passíveis de desapropriação (consideradas improdutivas), as quais estão escassas, particularmente, no agro gerido pela espacialidade do capital. Por outro lado, onde a espacialização do capital não se faz sentir de forma efetiva, está ocorrendo um movimento contrário, isto é, os proprietários de grandes áreas de terra em decadência, como por exemplo os produtores de cacau no sul baiano, recorrem ao MST na perspectiva de verem suas terras ocupadas, e, fundamentalmente, terem suas terras compradas com fundos públicos.

Nesse contexto, emerge a questão se a sociedade brasileira está disposta a direcionar os “recursos disponíveis” para “solucionar” o problema dos sem terra e/ou dos proprietários descapitalizados. E as demais categorias sociais, sem teto, sem emprego, sem educação etc..., assumirão o desafio dos sem terra ou perseguirão a linha mestra que forma sua identidade?

No caso do espaço rural, a fragmentação do movimento social persiste e insiste na própria luta. Por conseguinte, o camponês integrado estrutura seu desafio a partir da lógica produtivista, na busca de recursos via uma política agrícola definida e ativa em prol de um aperfeiçoamento da técnica do processo produtivo interno à unidade de produção.

O aperfeiçoamento da modernização do processo produtivo é a temporalidade presente do produtor rural integrado a um complexo agroindustrial, confrontando a temporalidade passada que era da modernização. Tal fato é visualizado na preocupação dos produtores fornecedores de proteína animal, no caso aves, com a reestruturação do processo produtivo na busca de aumentar a eficiência e a produtividade, devido ao eminente perigo da concorrência com os vizinhos e parceiros do MERCOSUL, e, por conseguinte, a exclusão dos “não aptos” ao novo padrão tecnológico, para Pizzolatti “... com a ‘faxina’, só restarão os encaixados dentro de um padrão de alto nível tecnológico”(1996, p.97). O autor destaca que esta “faxina”, ou melhor o processo de exclusão deve eliminar 50% das famílias integradas ao não se enquadrarem ao perfil de empresário rural defendido pela indústria.

Dessa maneira, enquanto, o produtor integrado molda seu

desafio nos princípios do mercado, o desafio dos expulsos pela construção de hidrelétricas, o chamado “Movimento Contra as Barragens” revela novas contradições entre a temporalidade pretérita e a temporalidade presente. A primeira personifica o produtor rural ribeirinho e a segunda cavalga no “cavalo de eletricidade” e comandará a reprodução do espaço. Assim, emergem novos atores sociais em deprimimento dos antigos, fundamentalmente, quando envolve projetos de irrigação.

Nesse processo o agente de expropriação é o Estado, pois o movimento está associado a geração de eletricidade, assim, a justificativa é a desapropriação para utilidade pública. Segundo Grzybowski “... *a luta contra as barragens configura-se como luta contra a expropriação feita pelo Estado em nome da sociedade. É a própria legitimidade do Estado e da legalidade instituída que é denunciada*” (1991, p.25). Salienta-se que atualmente com as privatizações entre no jogo os grupos econômicos que atuam na área.

O referencial do desafio dos expulsos encontra seu confronto entre o que é oferecido, e a sua situação anterior, é “a contradição contra a tradição”. Estes atores sociais defrontam-se com uma realidade em transformação que traz no seu bojo a força dos contrário, até então encoberta pela lentidão na reprodução do espaço vivenciado, particularmente, no caso do campesinato, que são os principais sujeitos na composição do movimento. O qual apresenta uma composição heterogênea formada por: posseiro, parceiro, camponês, comerciante, artesão.

O ponto de identidade é a luta em defesa da tradição (relações de parentesco, vizinhos, amigos, escolas, igreja, cemitério, etc.), por conseguinte, na gênese do movimento (1981) está a resistência a efetivação das obras. Todavia, a temporalidade presente do movimento dos contras demonstra a mudança de postura, admitindo-se a construção, e, centrando sua defesa em uma remuneração justa pelas desapropriações.

Tal mudança se cristaliza nas reivindicações apresentadas pelos agricultores, em torno de 400, que invadiram as obras da Usina Hidrelétrica de Itá (na divisa de Aratiba /RS com Itá/SC) em outubro de 1999, parализando a construção. As principais reivindicações eram:

*“ Os colonos pedem indenização da faixa ribeirinha de 100 metros prevista pela legislação para preservação ambiental, liberação de crédito de R\$ 7,5 mil para as famílias que permanecem na região atingida, asfaltamento e construção de estradas, confecção*

*de pontes e colocação de balsa em algumas localidades, solução de casos pendentes de indenizações e liberação de recursos para obras no reassentamento de Catuípe ” (FERREIRA, 1999, p.105).*

Percebe-se que a linha do desafio troca de direção, a força dos contrários se faz sentir na mudança de estratégia dos agricultores, não lutam, no momento, pela tradição, e, sim para inserir-se na modernidade da melhor maneira possível.

### III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexibilidade do movimento social rural reside na diversidade dos desafios, e, aprofunda-se com a pululância da heterogeneidade de atores sociais.

O ponto de referência que molda o desafio dilui a força do conjunto e fragmenta-se em identidades e objetivos particularizados. Por outro lado, a identidade no desafio anula a dissimilitude dos sujeitos e reduz o indivíduo ao grupo. A germinação de grupos/desafios é próprio da temporalidade presente marcado pela substituição da totalidade da “classe trabalhadora” para o pluralismo dos grupos. Nas palavras de Jameson “*Hoje todos são, se não organizados, pelo menos organizáveis*” (1996, p.325).

A miríade de atores sociais que formam o desafio é encoberta pelo grupo, organizado e modelado a partir da massa de aspirações e anseios, vivenciada pelos mesmos. É o confronto do concreto com a subjetividade do porvir, que move o indivíduo à enquadrar-se em uma identidade, um grupo, pois o grupo fornece uma visão de mundo que não proporciona dúvidas, incertezas, e, sim fermenta a homogeneidade do “corpo social”, conseqüentemente, da atuação no confronto. Por conseguinte, passível de ser organizável.

Assim, o confronto dar-se no desafio e em cada desafio, deixando se ser parte do conjunto para se desintegrar na dessemelhança da luta, constituindo-se no germe da complexidade dos movimentos sociais no agro brasileiro.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTONELLO, I.T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato.** Rio Claro/SP, 1999. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista /UNESP.
- BONIN, A et al. A luta pela terra como estratégia social dos agricultores: Perspectivas. In: **Anais do Seminário A Agricultura brasileira nos anos 90. Desafios e perspectivas.** Curitiba/PR, UFPR, p.179-194, 1989.
- FERNANDES, B.M. **MST formação e territorialização.** SP, HUCITEC, 1996.
- FERREIRA, M. Colonos param construção da usina de Itá. **Zero Hora.** Porto Alegre, 5 de outubro 1999, p.04-05.
- JAMESON, F. **Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio.** SP, Ática, 1996.
- GRAZIANO, F. NETO. **Questão agrária ecologia. Crítica da moderna agricultura.** 3º ed., SP, Brasiliense, 1986.
- GRZYBOWISKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais.** 3º ed., Petrópolis/RJ, Vozes/FASE, 1991.
- LEITE, S; MEDEIROS, L.S (Orgs) et al. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade UFRGS/CPDA, 1999.
- MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1981
- NAVARRO, Z. et al. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. In: LEITE, S; MEDEIROS, L.S (Orgs) et al. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil. Processos sociais e**

políticas públicas. Porto Alegre/Rio de Janeiro, Ed. Universidade UFRGS/CPDA, p.19-68 1999.

OLIVEIRA, A U. de. O que é? Renda da terra absoluta; Renda da terra de monopólio, Renda da terra pré-capitalista e preço da terra. **Orientação**. SP, Instituto de Geografia da USP, p.77-85, 1986.

PIZZOLATTI, R.L. Globalização e a pequena produção "Integrada". **Geosul**. Santa Catarina, v.11, n° 21/22, 1996, p.92-105.

ROMEIRO, A (Org.) et al. **Reforma Agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. 2° ed., Petrópolis/RS, Vozes/IBASE/FAO, 1994.

RIFKIN, Jeremy. **La fin du travail**. Paris, La Découverte, 1997.

SOJA, E. Uma concepção materialista da espacialidade. In BECKER, B.B. et al. **Abordagens política da espacialidade**. RJ, UFRJ, 1988, p.23-72.

## RÉSUMÉ

### **La complexité des mouvements sociaux en l'espace rural du Brésil**

Des mouvements sociaux en l'cre du Brésil se présenter sur une variété des défis. Des défis sont composé pour une hétérogénéité des sujets sociaux, comme: sans terre, paysan, ouvrier agricole e "posseiro".

La diversité des mouvements sociaux est fomenté pour l'avancé du capitalisme dans le processus de production agricole. Mettre l'accente sur la diffusion du progrès technique ne se dérouler pas de forme homogène sur l'acre, et marque à la fois de développement inégal de la modernisation du processus de production agricole. C'est la modeernisation para élimination des agriculteurs que ne se adapté pas le principe d'un rapport marchand. En conséquence, en l'espace rural du Brésil, il a, par un mouvement concomitant, une ébullition et une fragmentation des mouvements sociaux en lute pour rester comme l'agriculteurs.

Mots-clés: défis, mouvement social, rural.